

Linhas de Fuga: Classe Social como Fator na Resistência Lésbica¹

Líneas de Fuga: La Clase Social como Factor en la Resistencia Lésbica

Lines of Flight: Social Class as a Factor in Lesbian Resistance

PUPULIN, Camila Rocha²

PECH, Vanessa Cristina³

DE SENNA, Adriana Kivanski⁴

Resumo

Este artigo aborda a preservação da memória lésbica a partir da interseção entre classe social e resistência ao apagamento histórico. Através da análise de figuras históricas como Anne Lister e Lota de Macedo Soares, o texto demonstra como o privilégio de classe permitiu que algumas mulheres lésbicas mantivessem suas existências registradas, enquanto as lésbicas de classes mais baixas tiveram suas memórias sistematicamente apagadas. Um dos principais conceitos abordados para justificar tal apagamento é a ideia de heterossexualidade compulsória, que compreende a heterossexualidade como um instrumento de controle sobre a sexualidade feminina com diversas implicações na vida das mulheres, e que inclusive afetou a preservação da memória lésbica ao longo do tempo.

Palavras-Chave: Memória lésbica; Resistência; Existência lésbica; Visibilidade; Classe social.

Resumen

Este artículo aborda la preservación de la memoria lésbica a partir de la intersección entre clase social y resistencia al borrado histórico. A través del análisis de figuras históricas como Anne Lister y Lota de Macedo Soares, el texto demuestra cómo el privilegio de clase permitió que algunas mujeres lesbianas mantuvieran sus existencias registradas, mientras que las lesbianas de clases más bajas vieron sus memorias sistemáticamente borradas. Uno de los principales conceptos abordados para justificar dicho borrado es la idea de heterosexualidad compulsiva, que entiende la heterosexualidad como un instrumento de control sobre la sexualidad femenina con diversas implicaciones en la vida de las mujeres, e incluso afectó la preservación de la memoria lésbica a lo largo del tiempo.

Palabras-clave: Memoria lésbica; Resistencia; Existencia lésbica; Visibilidad; Clase social

¹ Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

² Graduanda em História Bacharelado; Universidade Federal do Rio Grande – FURG; Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil; camilapupulin@hotmail.com.

³ Graduada em Ciências Econômicas; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul; v.pech@edu.pucrs.br.

⁴ Doutora em História; Universidade Federal do Rio Grande – FURG; Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil; akivanski@hotmail.com.

Abstract

This article addresses the preservation of lesbian memory through the intersection of social class and resistance to historical erasure. By analyzing historical figures such as Anne Lister and Lota de Macedo Soares, the text demonstrates how class privilege allowed some lesbian women to keep their existences recorded, while lesbians from lower classes had their memories systematically erased. One of the main concepts addressed to justify this erasure is the idea of compulsory heterosexuality, which views heterosexuality as an instrument of control over female sexuality with various implications on women's lives, and which has also impacted the preservation of lesbian memory over time.

Keywords: Lesbian memory; Resistance; Lesbian existence; Visibility; Social class.

1. Introdução

Nas últimas décadas, os estudos sobre gênero, sexualidade e memória vêm ganhando relevância no campo acadêmico. Movimentos feministas e LGBTQIA+ têm pressionado a academia e a sociedade para reconhecer e valorizar histórias e identidades marginalizadas. A existência lésbica, em particular, foi historicamente apagada ou ignorada, sobretudo por conta das estruturas patriarcais e heterossexistas que definiram os marcos da história tradicional. Neste contexto, este artigo propõe uma investigação sobre a resistência de mulheres lésbicas ao apagamento histórico, com foco no papel da classe social como fator de que impulsionou a preservação de suas memórias.

A escolha do tema justifica-se pela relevância contemporânea de questionar narrativas históricas hegemônicas e inserir vozes lésbicas em discussões sobre participação política e construção de memória. No cenário político e social atual, em que a visibilidade lésbica é ao mesmo tempo celebrada e contestada, é de de questionar por quais meios existências dissidentes resistem ao apagamento histórico. Este artigo busca compreender como a classe social influenciou o modo como algumas mulheres lésbicas, ao longo da história, conseguiram resistir ao silêncio e como suas histórias foram preservadas, enquanto outras, pertencentes a classes mais baixas, sofreram o apagamento completo. Essa premissa vai ao encontro do que Gilles Deleuze e Félix Guattari defendem enquanto a necessidade de os indivíduos inventarem e traçarem suas próprias linhas de fuga, capazes de construir novas territorialidades. A desterritorialização é um mecanismo de fuga de uma realidade opressiva para as mulheres, pois ao criar locais de experiências que propiciem liberdade afetiva e sexual, é possível viver para além dos moldes já estabelecidos socialmente.

O problema de pesquisa que orienta este estudo é: como a classe social permitiu que mulheres lésbicas resistissem ao apagamento histórico? Para responder a esta questão, o artigo objetiva relacionar o papel da classe social à preservação da memória lésbica,

analisando figuras históricas específicas, como Anne Lister e Lota de Macedo Soares, que, pertencendo a classes sociais privilegiadas, tiveram suas existências preservadas, ainda que marginalizadas. Por outro lado, será explorada a dificuldade de preservação da memória de lésbicas de classes sociais menos favorecidas, cujas experiências e resistências foram sistematicamente excluídas das narrativas históricas.

Metodologicamente, este artigo utiliza uma abordagem de análise histórica combinada à revisão bibliográfica. A análise se baseia em fontes primárias e secundárias sobre as vidas de Anne Lister e Lota de Macedo Soares, bem como em teorias feministas, especialmente as críticas de Adrienne Rich à heterossexualidade. A revisão bibliográfica inclui textos clássicos de autoras como Mary Wollstonecraft, Simone de Beauvoir e Michelle Perrot, que fornecem o arcabouço teórico para discutir a relação entre classe, gênero e memória. O objetivo é construir uma narrativa crítica que evidencie os mecanismos sociais e históricos que permitiram a preservação ou destruição de memórias lésbicas, com foco na interseção de classe, gênero e sexualidade.

2. A subalternização das mulheres e o patriarcado

A subalternização das mulheres em sociedades capitalistas e patriarcais é um processo histórico complexo que se desenvolve em diferentes contextos culturais, mas que compartilha certas características estruturais. As mulheres, especialmente as lésbicas, foram posicionadas à margem das narrativas históricas oficiais. Este processo de marginalização está profundamente enraizado na organização patriarcal da sociedade, que define o papel das mulheres em termos de subordinação e dependência em relação aos homens.

Autoras como Mary Wollstonecraft, em seu texto *A reivindicação dos direitos das mulheres*, escrito no remoto ano de 1792, já criticavam a forma como as mulheres eram confinadas a papéis domésticos, privadas de educação formal e vistas como inferiores aos homens. Wollstonecraft argumentava que a subordinação feminina era culturalmente construída e não uma consequência natural da biologia, desafiando a ideia de que as mulheres eram naturalmente menos capazes de exercer papéis públicos ou políticos. Sua obra marcou o início de uma longa tradição de críticas feministas à submissão das mulheres no sistema patriarcal.

No século XX, teóricas como Simone de Beauvoir e Adrienne Rich aprofundaram essas críticas, especialmente no que tange à sexualidade e à heterossexualidade. Em *O*

Segundo Sexo (1949), Beauvoir argumenta que a mulher é definida como "Outro" em relação ao homem, uma construção cultural que a reduz a um papel de passividade e dependência. Beauvoir identifica o casamento e a maternidade como instituições fundamentais para manter o controle patriarcal sobre as mulheres. Nesse contexto, mulheres que desafiavam essas normas, como as lésbicas, eram ainda mais marginalizadas e invisibilizadas, justamente por irem contra ao que se esperava de sua classe, representando uma afronta aos costumes e tradições da época, sendo vista inclusive como menos útil à sociedade por não cumprir com seu papel social.

Adrienne Rich, por sua vez, em seu ensaio *Heterossexualidade compulsória e Existência Lésbica* (1980), oferece uma crítica direta à heterossexualidade, percebendo-a como uma imposição enquanto norma social, política e econômica. Para Rich, essa compulsoriedade é uma ferramenta poderosa de controle sobre as mulheres, perpetuada tanto pelo patriarcado quanto pelo capitalismo. As mulheres lésbicas, por recusarem esse sistema, enfrentaram um duplo apagamento: por serem mulheres e por serem não-heterossexuais. Em uma análise feminista, a autora mostra que o combate às amizades intensas entre mulheres é um recurso constante na sociedade, isso porque o apagamento da existência lésbica tem caráter institucional e político para confundir e criar uma falsa consciência entre as mulheres:

A suposição de que “a maioria das mulheres são heterossexuais de modo inato” coloca-se como um obstáculo teórico e político para o feminismo. Permanece como uma suposição defensável, em parte porque a existência lésbica tem sido apagada da história ou catalogada como doença, em parte porque tem sido tratada como algo excepcional, mais do que intrínseco. Mas, isso também se dá, em parte, porque ao reconhecer que para muitas mulheres a heterossexualidade pode não ser uma “preferência”, mas algo que tem sido imposto, administrado, organizado, propagandeado e mantido por força, o que é um passo imenso a tomar se você se considera livremente heterossexual “de modo inato”. No entanto, o fracasso de examinar a heterossexualidade como uma instituição é o mesmo que fracassar ao admitir que o sistema econômico conhecido como capitalista ou o sistema de casta do racismo são mantidos por uma variedade de forças, incluindo tanto a violência física como a falsa consciência. (Rich, p.34, 2019)

Rich trabalha com o termo *heterossexualidade compulsória* para exprimir a ideia de que práticas heterossexuais vão além do sexual, e que estaria completamente ligado a forma com que mulheres se enxergam, ou nesse caso, como não se enxergam. A autora traz uma perspectiva que indica para a institucionalização da heterossexualidade, visto que ela é propagandeada através do Estado, em que se institucionaliza a necessidade de casar-se, cuidar do lar, ter filhos, através da cultura perpetuada tradicionalmente. Ela mostra que a experiência lésbica é comumente apagada na literatura e ciências sociais, mas quando essa é percebida, é

dentro de uma lente que distorce essa possibilidade para as mulheres, ilustradas como amargurada diante dos homens, ou desviantes. Rich (2019, p. 23) aponta também que a suposição de que as mulheres são dirigidas de modo “inato” aos homens reforça tal posicionamento, tendo em vista que há um conjunto de forças societárias que subtraem as energias emocionais e eróticas das mulheres, promulgando a escravização física literal e até a dissimulação e a distorção de opções possíveis.

Outra autora relevante para essa discussão é Michelle Perrot, que em seus estudos sobre a história das mulheres na França revela como as relações de trabalho e a divisão sexual do trabalho reforçam a subalternização feminina. A Revolução Industrial, por exemplo, reorganizou a economia e redefiniu o papel das mulheres, muitas vezes confinando-as ao trabalho doméstico e mal remunerado, enquanto os homens dominavam a esfera pública e política. Perrot (2005) afirma que outro fator que contribui para esse fenômeno é que os patrões julgavam mulheres dóceis e fáceis de manipular, visto que já estavam acostumadas a obediência. Tendo em vista tal contexto, é de se pensar que haveria uma grande hegemonia na realidade feminina, em que poucas, ou quase nenhuma pudesse ser relutante ao casamento ou ao destino que estaria previsto dentro do Contrato Social de Rousseau.

Evidentemente, a irrupção de uma presença e de uma fala feminina em locais que lhes eram até então proibidos, ou pouco familiares, é uma inovação do século 19 que muda o horizonte sonoro. Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento. No início era o Verbo, mas o Verbo era Deus, e Homem. O silêncio é comum das mulheres. Ele convém a sua posição secundária e subordinada. Ele cai bem em seus rostos, levemente sorridentes, não deformados pela impertinência do riso barulhento e viril. Bocas fechadas, lábios cerrados, pálpebras baixas, as mulheres só podem chorar, deixar lágrimas correrem como água de uma inesgotável dor (PERROT, 2005, p. 09).

A heterossexualidade compulsória, conforme articulada por Rich, é um dos principais instrumentos de controle sobre as mulheres e de apagamento das suas sexualidades dissidentes. O casamento, a maternidade e a domesticidade são apresentados como os únicos destinos possíveis e aceitáveis para as mulheres, ao passo que aquelas que fogem a essas normas, como as lésbicas, são ou invisibilizadas ou tratadas como aberrações. No entanto, como veremos nos casos de Anne Lister e Lota de Macedo Soares, a classe social desempenhou um papel crucial para que algumas mulheres pudessem resistir a uma sociedade imprescindivelmente heterossexual, utilizando seus privilégios econômicos e sociais para

garantir a sua existência sem sucumbir a alienação patriarcal que realocava mulheres à esfera doméstica sempre em subserviência a seus maridos. Nos dois casos é possível vislumbrar o que Orest Ranun chama de um *registro da existência íntima conservados pela imagem ou pela escrita*.

2.2 A existência lésbica na história: Anne Lister e a importância da classe social

Anne Lister, frequentemente referida como a “primeira lésbica moderna”, nasceu em 1791, em uma família de classe alta da Inglaterra. Sua educação privilegiada e sua relativa independência financeira permitiram que ela documentasse sua vida e relacionamentos em um extenso diário, escrito em grande parte em códigos, onde detalhava suas relações amorosas com mulheres. Esses diários representam uma inestimável fonte para historiadores e pesquisadores de gênero e sexualidade, pois oferecem uma visão detalhada da vida de uma mulher lésbica no início do século XIX, dentre eles, registros que relatavam seus encontros intensos com mulheres. "Fizemos amor", descreve Lister depois de uma noite juntas. "Ela me pediu que fosse fiel, disse que nos considera casadas. Agora vou passar a pensar e agir como se ela fosse minha esposa.". Os escritos da inglesa mostram de forma muito nítida que seus interesses com outras mulheres passavam longe do que seria apenas uma amizade íntima, ela queria de fato relações carnis e duradouras, independente do que dizia as normas da época. Infelizmente nada disso fora adiante, tendo em vista que sua amada era casada com um homem da alta sociedade.

A empresária encontra anos depois Ann Walker e deixa claro suas intenções com ela, queria que vivessem juntas, como duas pessoas casadas, compartilhando propriedades e riquezas. Elas mudam então seus respectivos testamentos, fazendo uma usufrutuária do patrimônio da outra. Até então, essa era a forma mais próxima que elas encontrariam para se casar, e isso só seria possível graças às boas condições financeira de ambas, que fornecia uma justificativa plausível, ainda que suspeita, para que juntassem seus documentos de alguma forma.

A relação de classe é crucial para entender como Anne Lister conseguiu preservar sua memória. Sua condição financeira elevada garantiu-lhe acesso à educação, poder econômico e uma posição relativamente segura na sociedade, permitindo resistir, em alguma medida, às normas heterossexuais e patriarcais de sua época. A independência financeira possibilitou administrar sua própria propriedade, Shibden Hall, e viver uma vida de relativa

autonomia, algo impensável para mulheres de classes mais baixas na mesma época, que eram impelidas ao casamento como única forma de sobreviver economicamente e socialmente.

A heterossexualidade compulsória, conforme discutido por Adrienne Rich, foi um desafio que Anne Lister enfrentou mesmo com todos os privilégios que lhe era conferido, a inglesa teve toda a astúcia para burlar as leis da sociedade. Embora estivesse inserida em uma sociedade que via o casamento heterossexual como a única forma legítima de relacionamento, Lister recusou essas normas e construiu sua existência lésbica em um contexto extremamente adverso. Sua posição de classe confere a ela o poder de resistir em alguma circunstância à pressão social para se casar com um homem e, ao mesmo tempo, lhe deu a liberdade de expressar sua sexualidade de forma privada, ainda que de maneira codificada, em seus diários. Se não fosse sua boa escolaridade, tais registros não estariam disponíveis atualmente, e mais uma memória lésbica teria sido perdida.

Em contraste à Lister, muitas lésbicas da mesma época, especialmente aquelas pertencentes às classes populares, não tiveram a mesma oportunidade. Sem os recursos econômicos ou o capital social que possuía, suas vidas foram apagadas da história. A preservação da memória lésbica, portanto, está intrinsecamente ligada à classe social até então. Enquanto mulheres como Anne Lister puderam utilizar seus privilégios para resistir ao apagamento, as histórias de lésbicas pobres ou racializadas muitas vezes não sobreviveram à repressão heterossexual e patriarcal, justamente por serem realocadas a um espaço privado. Sobre isso, Perrot aponta para diversos fatores que são reflexos do arcaico sistema heteropatriarcal, lembrando o papel da religião no silenciamento das mulheres:

O silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento. Silêncio das mulheres na igreja ou no templo; maior ainda na sinagoga ou na mesquita, onde elas não podem nem ao menos penetrar na hora das orações. [...] Silêncio até mesmo na vida privada (Perrot, 2005, p. 10).

Na contemporaneidade, Anne Lister se tornou uma figura central na recuperação da memória lésbica. Sua história foi redescoberta e popularizada por meio de séries de televisão, livros e estudos acadêmicos, o que reforça a importância da preservação de registros históricos. Lister é um exemplo emblemático de como a classe social pode atuar até mesmo em existências marginalizadas como um fator de resistência, permitindo que certas memórias sobrevivam ao apagamento histórico. Aqui se evidencia como o poder econômico é capaz de fornecer benefícios, mas que ainda assim, esses nunca se dão de forma completa, pois por mais que a inglesa pudesse existir fora de um casamento, sua sexualidade só podia ser

expressada de forma extremamente privada, o que também não fazia com que a sociedade deixasse de desconfiar de seu comportamento não convencional de ser uma mulher fora de um casamento. Sua resistência exemplifica até onde o poder econômico pode contribuir para a existência fora da cultura hegemônica.

2.3 Lota de Macedo Soares e a política brasileira

Carlota de Macedo Soares é uma figura intrigante quando se trata da interseção entre classe social, política e existência lésbica. Nascida em uma família aristocrática do Brasil, sua posição privilegiada a colocou em um contexto de alta visibilidade, o que lhe permitiu transitar em círculos políticos e culturais que poucas mulheres, especialmente lésbicas, podiam acessar na época. Lota destacou-se como urbanista e foi responsável pelo projeto do Parque do Flamengo, no Rio de Janeiro, uma de suas maiores realizações profissionais, sendo amiga próxima do político influente da época Carlos Lacerda. Sua vida é outro exemplo de como a classe social pode oferecer oportunidades para que mulheres não-heterossexuais ocupem espaços de poder e influenciem a política, ainda que isso não as imunize das pressões heteronormativas e patriarcais. Nadia Cristina Nogueira, em sua tese de doutorado defende que “Lota parece escapar do feminino socialmente imposto naquele período, por exemplo, construiu casas, supervisionando as obras em função das suas condições financeiras privilegiadas.” (Nogueira, 2005, p.106)

A vida pessoal de Lota foi amplamente marcada por seu relacionamento com a poetisa norte-americana Elizabeth Bishop. Esse relacionamento, além de ser central para a história pessoal de Lota, também revela a complexidade de ser uma mulher lésbica em uma sociedade patriarcal. A fuga da arquiteta da esfera doméstica é analisado por Nogueira:

Apesar da exaltação dada às mulheres burguesas que se dedicavam às tarefas domésticas, o fato de Lota e Bishop terem se mantido durante anos naquele universo particular não significa que agiram nos moldes tradicionais. Elas não parecem ter se construído a partir da domesticidade e da submissão. Não internalizaram esse dispositivo histórico pautado na fragilidade feminina, no medo de enfrentar o desconhecido, o que impediria a elaboração de um conhecimento de si mesmas aprisionado em formas de auto representação, caracterizadas por um sentimento de inferioridade. (Nogueira, 2005, p. 120)

Embora Lota tenha vivido publicamente com Bishop, o contexto político e social do Brasil nas décadas de 1950 e 1960 não era abertamente favorável à existência de pessoas homossexuais. Sua classe social lhe permitiu manter uma vida relativamente privada em termos de sua orientação sexual, que ainda enfrentava uma realidade onde a

heterossexualidade compulsória, como descrito por Adrienne Rich, operava como uma norma social invisível, pressionando mulheres a ocultar ou suavizar suas identidades lésbicas, em que mesmo sendo perceptível seus relacionamentos homoafetivos, ainda havia um véu que amenizava sua vida privada, ou que ao menos relevava tal detalhe a fim de preservar as boas relações devido à sua posição financeira e sua contribuição política.

Comparando Lota de Macedo Soares a Anne Lister, podemos perceber uma similaridade no papel que o privilégio de classe desempenhou na preservação de suas memórias e na capacidade de desafiar, até certo ponto, as expectativas heteronormativas da época. No entanto, enquanto Lister viveu em uma sociedade britânica industrializada, Lota viveu em um Brasil em transição política, o que lhe conferiu certa visibilidade no cenário político. Embora Lister tenha se focado em suas propriedades e vida pessoal, Lota navegou diretamente pela política brasileira, tornando-se uma arquiteta e urbanista influente, especialmente através de seu trabalho no governo de Carlos Lacerda. Esse envolvimento com a política é emblemático de como mulheres lésbicas de classes mais altas, através de seus privilégios, puderam manter uma existência pública e até mesmo exercer poder, algo inacessível para lésbicas de classes mais baixas.

Ainda assim, Lota enfrentou pressões intensas de um sistema patriarcal que, mesmo não a apagando completamente, a forçou a viver sua sexualidade de maneira sutil. Sua atuação política e profissional muitas vezes foi desvinculada de sua existência lésbica, refletindo a forma como a sociedade brasileira lidava com o silêncio em torno da sexualidade das elites. Ao contrário de Anne Lister, que documentou explicitamente sua vida em seus diários, a memória lésbica de Lota de Macedo Soares não foi preservada de maneira tão pessoal. Sua existência enquanto lésbica é, muitas vezes, referenciada em função de seu relacionamento com Elizabeth Bishop, e não tanto em função de sua própria identidade ou atuação pública. Inclusive, Bishop foi uma das principais preservadoras de sua memória, pois a britânica trocava inúmeras cartas com seus amigos norte-americanos, e nessas correspondências ela constantemente falava de maneira detalhada sobre sua companheira, as problemáticas que o Brasil vinha enfrentando politicamente e, suas questões pessoais muitas vezes relacionadas à Lota, com quem tinha uma relação muitas vezes conturbada devido aos problemas que a inglesa tinha com bebida e o excesso de trabalho que a arquiteta acumulava, o que fazia com que a relação das duas enfrentasse algumas adversidades, levando Bishop a

uma profunda depressão, que a leva de volta aos Estados Unidos para dar aula em uma universidade.

No momento em que Bishop volta para sua terra natal, Lota fica completamente devastada, não vendo mais sentido algum em nada do que faz, com isso a saúde mental da carioca acaba por piorar progressivamente, até que acaba em um hospital psiquiátrico, no qual fica por um bom tempo. Quando finalmente consegue alta por uma suposta melhora em seu quadro de saúde, Lota embarca diretamente para encontrar sua amada, mas quando chega nos Estados Unidos começa a perceber que ela possivelmente estaria se envolvendo com outra mulher. O final dessa história de amor é um dos mais trágicos possíveis, aos 57 anos Lota decide tirar sua própria vida por não conseguir mais se imaginar sem Bishop.

Ao se pesquisar sobre a história das duas, é comum encontrar justificativas para a morte de Lota que remetam às questões políticas nas quais estavam envolvida, sendo esse talvez mais um dos sinais do apagamento lésbico, não considerando o sofrimento por sua desilusão amorosa passível de seu adoecimento mental, refletindo talvez, mais um dos *sintomas de misoginia*, que a historiadora Ligia Bellini descreve como o desinteresse pelos assuntos que tangem a vida das mulheres, em específico a vida lésbica.

A história de Lota levanta questões sobre a preservação da memória lésbica no Brasil, em particular no que tange às mulheres que, como ela, pertenciam a uma elite. Enquanto seu status de classe garantiu-lhe acesso à política e à cultura, sua identidade lésbica continuou sendo marginalizada e, de certa forma, apagada nas narrativas mais amplas. Isso revela como, mesmo dentro de contextos privilegiados, a memória lésbica é frequentemente obscurecida por normas heterossexuais, sendo preservada mais por associações secundárias (no caso de Lota, seu relacionamento com Bishop) do que por uma celebração de sua existência lésbica.

3. A destruição e a preservação da memória lésbica

Adrienne Rich foi uma das primeiras teóricas a apontar para a sistemática destruição da memória lésbica na cultura patriarcal. Em seu trabalho, Rich argumenta que a heterossexualidade compulsória não apenas define as expectativas sociais para as mulheres, mas também atua como um mecanismo de controle e repressão sobre aquelas que desafiam essas normas.

Por se tratar de uma prática tão malvista, e mulheres serem sempre relegadas à serviços tidos como menos essenciais, o que elas faziam entre si não interessava tanto aos

homens, e quando se descobria tais relacionamentos, muitas vezes a forma que era lidado era justamente feito para não deixar registros, favorecendo mais uma vez o apagamento da memória lésbica. Adrienne Rich (2019) diz que a destruição dos registros, da memória e das cartas que documentavam as realidades da existência lésbica deve ser seriamente vista como uma forma de manter a heterossexualidade compulsória para as mulheres. A autora mostra que tais práticas fomentam a culpa, autonegação e dor, pois ao não perceber a identificação de seus sentimentos com nada que lhe fora apresentado, é alijado de seu conhecimento qualquer forma de sensualidade mulher com mulher.

Para além da percepção de que a negação da existência lésbica favorece a manutenção da heterossexualidade compulsória, Rich também aponta que “A heterossexualidade tem sido imposta de forma forçada e subliminar às mulheres. No entanto, as mulheres resistiram-na em todos os lugares, muitas vezes à custa de tortura física, aprisionamento, psicocirurgia, ostracismo social e extrema pobreza.” (Rich, 2019, p.73) Assim, se torna evidente que por mais que mulheres não se beneficiem diretamente do poder dos homens, ela pode ainda existir através do capital, realizando tarefas cuja importância a coloquem em uma posição de autoridade e status, na qual até mesmo outros homens podem passar a respeitá-la, e o mais importante, que não lhes jogue arrebatadamente no casamento como forma de sobrevivência para escapar da extrema pobreza ou do ostracismo social.

A preservação da memória lésbica é uma carga elétrica de poder entre as mulheres, sendo ela um refúgio dos abusos masculinos (Rich, 2019, p.84), escapando assim, do *controle de consciência* (Rich, 2019, p.48) perpetuados pelas mensagens verbais e não verbais propagandeadas pela heterossexualidade na cultura ao longo dos séculos. Justamente pelo desinteresse masculino, produções lésbicas caem ainda mais no esquecimento. Como sabemos, as produções e memórias das mulheres já não eram priorizadas na história tradicional, e uma narrativa que não desperta interesse na vida ou nas relações com homens é duplamente ignorada. A Revolução Industrial demonstra de forma clara como o capital, aliado ao poder patriarcal, apunhala mais uma vez a classe feminina. Esse sistema coloca as mulheres sempre em uma posição secundária, privando-as de criatividade, letramento e qualquer forma de cultura que não seja aquela produzida em massa para ocupar suas mentes. Dessa forma, não há espaço para que elas possam criar e apropriar de uma cultura feminina e nem se afastar da lógica capitalista, que se retroalimenta pela heterossexualidade para mantê-las sob controle patriarcal.

Além disso, a intersecção entre classe, raça e sexualidade complica ainda mais a preservação da memória lésbica. Mulheres lésbicas de classes altas, como Lota, podem ter alguma visibilidade devido a seus privilégios, enquanto aquelas de classes populares frequentemente permanecem invisíveis, com memórias irrecuperáveis. Isso cria um abismo na construção de uma memória coletiva, onde as vozes das lésbicas mais marginalizadas são sistematicamente silenciadas. Nesse sentido, a luta por uma memória lésbica inclusiva e representativa deve reconhecer e integrar essas diversas experiências, promovendo um entendimento mais amplo e multifacetado da história. É necessário lembrar que a inexistência de um registro também representa algo, nesse caso, seria inocência pensar que apenas por não se ter cartas ou diários preservados ao longo do tempo é que não haveria mulheres de classes baixas se relacionando entre si. Gerda Lerner mostra que mulheres passavam muito tempo entre si dentro das comunidades, sejam elas quais fossem. Se no início das civilizações homens saíam para caçar, posteriormente, homens saíam para trabalhar, e dentro das comunidades, bairros ou vilas, permaneciam mulheres e crianças, o que conseqüentemente faria com que interagissem entre si. Portanto, é no mínimo ingenuidade, para não chamar de misoginia, pensar que mulheres não poderiam vir a se relacionar sexualmente entre si, já que relações de afeto e amizade surgiriam naturalmente com essas interações.

A preservação da memória lésbica enfrenta desafios significativos na contemporaneidade. Em contextos como o Brasil e a América Latina, onde o conservadorismo e a violência contra minorias sexuais ainda são prevalentes, a luta pela preservação da memória lésbica continua sendo uma questão. Nesse cenário, a memória lésbica não apenas se vê ameaçada, mas também se torna um campo de batalha simbólico, onde o ativismo e a resistência emergem como estratégias essenciais para reivindicar espaços de visibilidade e narrativa. Esse apagamento destaca como as narrativas históricas muitas vezes falham em incluir as experiências de mulheres que não se encaixam nos padrões heteronormativos, perpetuando a subalternização das histórias lésbicas e tornando mais difícil para as novas gerações entenderem e valorizarem suas existências.

A internet e as novas tecnologias também desempenham um papel crucial na preservação da memória lésbica, oferecendo novas plataformas para vozes antes silenciadas. O ativismo digital possibilita que lésbicas compartilhem suas histórias, experiências e lutas, contribuindo para a construção de uma narrativa coletiva que desafia o apagamento histórico. No entanto, essa visibilidade online não é isenta de desafios. A disseminação de informações

muitas vezes é vulnerável à censura e à desinformação, além de que nem todas as comunidades têm acesso igual às ferramentas digitais, o que pode perpetuar desigualdades na preservação da memória. Além da disseminação de informações ultrapassadas e de senso comum, como a premissa de que sexualidade é inata, algo que já foi amplamente discutido por diversas áreas dentro da academia. É possível encontrar evidências que questões sociais são forte impulsionadores do suposto “inatismo” sexual, que na verdade não passa da obrigatoriedade defendida por Adrienne Rich, que através da impossibilidade de existência fora da heterossexualidade, faz com que nem se questione os reais desejos femininos que são direcionados pela mídia desde cedo para a figura masculina, sendo a ideia de usufruir do poder masculino ao se juntar com homens em uma sociedade patriarcal algo sedutor.

Os desafios contemporâneos para a preservação da memória lésbica exigem um compromisso contínuo de ativistas, acadêmicos e da sociedade em geral. A construção de uma memória lésbica forte e visível requer não apenas o reconhecimento das figuras históricas, como Lota de Macedo Soares e Anne Lister, mas também a valorização das vozes contemporâneas que lutam contra a opressão e pela igualdade. Somente através de uma abordagem inclusiva e questionadora da heterossexualidade compulsória será possível resistir ao apagamento histórico e garantir que as experiências lésbicas sejam celebradas e preservadas para as futuras gerações, garantindo cada vez mais que os mecanismos que levam mulheres diretamente ao casamento heterossexual para que cumpram com os papéis impostos durante anos, sejam de fato contestados e percebidos como não naturais, mas sim, como mecanismos sociais para a preservação do controle masculino sobre a classe feminina.

Conclusão

Como visto ao longo deste artigo, a classe social desempenhou um papel crucial na resistência ao apagamento histórico de algumas mulheres lésbicas, como Anne Lister e Lota de Macedo, cujas existências foram preservadas, ainda que marginalizadas, em grande parte devido aos seus privilégios econômicos e sociais. Essas figuras ilustram como o acesso a recursos e a posições de poder permitiu que suas histórias sobrevivessem, enquanto a maioria das lésbicas de classes menos favorecidas permanece invisível nas narrativas históricas tradicionais. Entretanto, o apagamento dessas experiências, como argumenta Adrienne Rich, está intrinsecamente ligado à compulsoriedade da heterossexualidade, que não apenas restringiu as opções de vida para as mulheres, mas também apagou deliberadamente as

memórias das que resistiram a essas normas. Esse duplo apagamento — de mulheres enquanto classe e enquanto lésbicas — reflete um sistema que visa controlar não apenas a sexualidade feminina, mas também os espaços de poder e visibilidade que lhes são permitidos.

A análise dos casos de Lister e Lota demonstra que a classe social ofereceu a algumas mulheres a oportunidade de escapar, ao menos parcialmente, das restrições impostas pela sociedade patriarcal. Em uma sociedade onde a heterossexualidade compulsória ainda define as normas culturais, a memória lésbica torna-se um campo de resistência e reivindicação de direitos para aquelas que virão possam naturalizar sua existência e viver com a plenitude das quais muitas não tiveram a chance de desfrutar. Para futuras pesquisas, pretende-se explorar mais formas de resistência lésbica ao longo da história, principalmente em espaços como igrejas católicas, que ao mesmo tempo que não deixam de ser um ambiente opressor para mulheres, também é capaz de representar um notório lugar de fuga do casamento e das relações heterossexuais desde os séculos medievais.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo sexo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BELLINI, Ligia. *A coisa obscura: Mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 3, Rio de Janeiro: Editora 34, 1996, pp. 75-76.

NOGUEIRA, Nadia Cristina. *Lota Macedo e Elizabeth Bishop: amores e desencontros no Rio dos anos 1950-1960*. 2005. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1601879>. Acesso em: 8 out. 2024.

PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru, EDUSC, 2005.

RANUM, Orest. *Os refúgios da intimidade*. In ÀRIES, P. & CHARTIER, R. (orgs.), *História da Vida Privada* vol. 3. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 231.

RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios*. Tradução de Angélica Freitas e Daniel Lühmann. Rio de Janeiro: A Bolha, 2019.

**X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de
Estudos Humanísticos Multidisciplinares - CLAEHM**

Dezembro de 2024, Online | claec.org/ehm

Artigos Completos

WOODS, Rebecca. *A fascinante vida de Anne Lister, a 'primeira lésbica moderna'*. BBC News Brasil, 19 maio 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48260917>. Acesso em: 23 ago. 2024.